



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/05/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 13

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador: Jorge Alves Custódio (PSD)

Vereador: João dos Santos Alves (PSD)

Vereador:

Vereador: Carlos Manuel Nunes Alegre (PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente: José Alberto Pacheco Brito Dias (PSD)

Vereadores: Tânia Cristina Ramos Matos Cruz (PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 11/05/2015

ATA Nº 13

----- Aos onze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, por motivos de compromisso autárquico, na CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro (Coimbra). -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência da Srª Vereadora Tânia Cristina Ramos Matos Cruz, por motivos de ordem profissional.--

----- A ata da reunião ordinária do dia 27 de abril de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo, que o Sr. Presidente da Câmara se encontra, nesta data, numa reunião na CCDRC - Comissão de Coordenação da Região Centro, em Coimbra, no âmbito da implementação dos designados instrumentos para os DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária, que visam



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

promover, em territórios específicos, o desenvolvimento local das economias de base rural. -----

Carta de Agradecimento

- José Augusto Pereira Almeida e Ramiro Pereira Almeida

----- Foi presente uma carta subscrita por José Augusto Pereira Almeida e Ramiro Pereira Almeida, do seguinte teor: -----

----- *Exmº Senhor Presidente do Município de Pampilhosa da Serra: -----*

----- *Permita-nos que lhe apresentemos os nossos respeitosos cumprimentos. -----*

----- *Entendeu o Executivo do Município a que V.Exª muito dignamente preside, atribuir-nos a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, que nos foi entregue no dia 10 do corrente, durante as comemorações solenes do feriado Municipal. -----*

----- *Sobre o assunto, cumpre-nos dizer o seguinte: Efetivamente, sendo nós daqui naturais e tendo-nos fixado na sede do concelho, onde durante 50 anos exercemos a atividade comercial, sempre procurámos na nossa modesta condição, dignificar o nome da nossa terra dentro e fora do concelho. -----*

----- *Naturalmente que, procedendo assim, não fizemos mais do que a nossa obrigação. Enquanto Pampilhosenses, apenas cumprimos o nosso dever. E por isso nunca esperámos vir algum dia a ser alvo de qualquer reconhecimento, vindo fosse de quem fosse. Não contávamos mesmo. De qualquer modo, já que a nossa edilidade assim decidiu, confessamos que aceitamos a distinção com muito agrado, motivo pelo qual para além de muito sensibilizados, também nos sentimos muito honrados e algo orgulhosos. Por tudo isto, Senhor Presidente, vai para V. Exª e todo o Executivo Camarário, o nosso sincero Muito Obrigado. "-----*

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 07 de maio de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.580.929,54 € (Um milhão quinhentos e oitenta mil novecentos e vinte e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos); -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- De operações não orçamentais: 214.736,20 € (duzentos e catorze mil setecentos e trinta e seis euros e vinte centimos), num total 1.807.395,55 € (um milhão oitocentos e sete mil trezentos e noventa e cinco euros e cinquenta e cinco centimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 – Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

- Pedido de apoio financeiro

----- Foi presente uma carta da Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, na qual expõe os objetivos que prossegue enquanto instituição sem fins lucrativos, por iniciativa privada, no âmbito da ação social que desenvolve junto dos cidadãos na infância, na juventude, na velhice e na invalidez, através das valências por si criadas. -----

----- Mais refere, que a experiência, missão, competências e capacidade já instalada na Associação, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamento, permitiu delinear diversas estratégias com vista à humanização e melhoria contínua dos serviços que presta; no entanto, carece de apoio financeiro que possibilite o aumento da capacidade de resposta dos equipamentos sociais por si geridos, que permita reforçar a autossustentabilidade económico-financeira da Associação, que auxilie a suportar despesas de funcionamento e dos equipamentos sociais por si geridos, na prossecução das suas atribuições estatutárias e na execução das atividades contempladas no seu Plano de Ação/Plano de Atividades para 2015, que junta em anexo. -----

----- Pelo exposto, vem solicitar a atribuição de apoio financeiro no montante de 36.400,00€, que se julga necessário para comparticipar as despesas de funcionamento da Associação e dos equipamentos sociais por si geridos, na prossecução das suas atribuições estatutárias e na execução das atividades contempladas no seu Plano de Ação/Plano de Atividades para 2015. -----

----- Face ao exposto e após análise, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um apoio financeiro no valor de 36.400,00 €, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 – Protocolo de Divisão de Energia Elétrica

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- “Após análise dos mapas de apuramento das contas relativas ao Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis, informo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

V.Ex^a dos valores apurados referentes ao 2º semestre de 2014: -----
----- - Parque Eólico Pampilhosa da Serra e Parque Eólico Malhadas Góis: 39.485,92 € ; -----
----- - Parque Eólico Cadafaz: (12.888,59 €) €; -----
----- - Acerto referente aos semestres anteriores - 489,35 €. -----
----- Valor a Transferir para o Município de Góis - 27.086,68 €. -----
----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - RECURSOS HUMANOS

2.2.1 - Pedido de Mobilidade

----- Foi presente uma informação dos Recursos Humanos, do seguinte teor: -----
----- " Venho por este meio informar V. Ex^a, do seguinte: -----
----- Foi presente um email da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, a solicitar a mobilidade interna, para a ACES de Sintra, do Técnico Superior desta Câmara Municipal, António Mendes Garcia Barata. -----
----- A mobilidade traduz-se numa modificação transitória da situação funcional do trabalhador, dentro do mesmo órgão ou serviço, ou entre órgãos ou serviços diferentes, fundada em razões de interesse público, tendo em vista elevar a eficácia dos serviços através de um aproveitamento racional e de uma valorização dos recursos humanos da Administração Pública. -----
----- A mobilidade pode efetuar-se quando haja conveniência para o interesse público, designadamente por razões de economia, de eficácia e de eficiência dos órgãos ou serviços e carece de devida fundamentação. -----
----- A mobilidade interna tem a duração máxima de 18 meses, exceto quando esteja em causa órgão ou serviço, designadamente temporário, que não possa constituir relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado. -----
----- Há possibilidade de prorrogação do prazo de duração máxima por um período máximo de seis meses quando esteja a decorrer procedimento concursal que vise o recrutamento de trabalhador para posto de trabalho cujas atividades estejam a ser asseguradas por recurso à mobilidade. -----
----- Nos termos da alínea a), do nº 1 do artigo 94º da LTFP, a mobilidade, em qualquer das suas modalidades, pode operar por acordo entre os órgãos ou serviços de origem e de destino, mediante a aceitação do trabalhador." -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

2.3.1 - Doação do artigo urbano inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o nº 2274 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 2472.

----- Na sequência da carta subscrita pela Senhora Maria Luísa Nunes Lucas de Brito, com o registo de entrada nos serviços da Autarquia nº 1947, de 29 de abril do corrente ano, sobre o assunto supramencionado, o Sr. Vice-Presidente referiu que, previsivelmente o Sr. Presidente da Câmara estará ausente nas datas indicadas pela requerente, pelo que, propõe que a Câmara Municipal aceite a presente doação e lhe confira os necessários poderes para proceder à assinatura da Escritura/Título de Doação, em nome e em representação do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, a Câmara Municipal, após análise e no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. j) do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, aceitar a doação do prédio supra referido, concedendo poderes ao Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, para assinar a competente Escritura/Título de Doação e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Aquisição de dois terrenos, inscritos na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob os artigos nºs 14.101 e 15.592

----- Informação do Sr. Presidente da Câmara, para conhecimento do Órgão Executivo Autárquico: -----

----- Tendo em conta que o turismo é uma das áreas em que a Autarquia tem concentrado os esforços possíveis, por considerar a sua enorme importância para o desenvolvimento do Concelho, e que, o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a impulsionar a oferta turística na nossa região de modo a tentar proporcionar uma potencial fonte de riqueza e despertar o interesse turístico, elevando o padrão de qualidade, de prestígio e de promoção da imagem do Concelho de Pampilhosa da Serra; -

----- Assim, tendo conhecimento da intenção de venda, por parte dos proprietários de alguns terrenos que reúnem as condições necessárias para prossecução dos fins supra referidos, por parte do Município, encetaram-se negociações com a D. Margarida Veiga Nunes de Almeida e Santos, casada com Henrique Manuel Sousa Monteiro Santos, no regime de comunhão de adquiridos, contribuintes fiscais nºs 100.743.463 e 100.743.471, respetivamente; no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, aquando da sua compra. -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo que irei determinar a aquisição, por parte do Município e pelo **valor global de 45.000€ (quarenta e cinco mil euros)**, dos seguintes prédios, sitos na Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra: -----

----- **A) Pelo preço de 7.000€ (sete mil euros)**, uma terra de oliveiras, macieiras e outras árvores de fruto, mato, cultura arvense, pastagem e instalação agrícola, sita em "Vau - Rebeça", com a área de 9.600 m², inscrita na matriz predial sob o artigo nº 14.101 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 9143. -----

----- **B) Pelo preço de 38.000€ (trinta e oito mil euros)**, uma terra de pinhal e mato, sita em "Rebeça", com a área de 4.810 m², inscrita na matriz predial sob o artigo nº 15.592 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 9148. -----

----- Mais se informa que existe verba para efetuar a referida aquisição, conforme informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, que se anexa à presente. ----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3.3 - Aquisição de quatro terrenos, inscritos na matriz predial rústica da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob os artigos nºs 15.591; 14.100; 14.102 e 9.727

----- Informação do Sr. Presidente da Câmara, para conhecimento do Órgão Executivo Autárquico: -----

----- Tendo em conta que o turismo é uma das áreas em que a Autarquia tem concentrado os esforços possíveis, por considerar a sua enorme importância para o desenvolvimento do Concelho, e que, o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a impulsionar a oferta turística na nossa região de modo a tentar proporcionar uma potencial fonte de riqueza e despertar o interesse turístico, elevando o padrão de qualidade, de prestígio e de promoção da imagem do Concelho de Pampilhosa da Serra; -

----- Assim, tendo conhecimento da intenção de venda, por parte dos proprietários de alguns terrenos que reúnem as condições necessárias para prossecução dos fins supra referidos, por parte do Município, encetaram-se negociações com os senhores Hermano Manuel Gonçalves Nunes de Almeida e mulher Isabel Maria Nunes Alves de Almeida, casado no regime de comunhão geral de bens, contribuintes fiscais nºs 116.556.390 e 135.775.752, respetivamente; no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, aquando da sua compra. -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo que irei determinar a aquisição, por parte do Município e pelo **valor global de 51.000€ (cinquenta e um mil euros)**, dos seguintes prédios, sitos na Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra: -----

----- **A) Pelo preço de 5.000€ (cinco mil euros)**, uma terra de pinhal e mato, sita à "Rebeça", com a área de 4.320 m², inscrita na matriz predial sob o artigo nº 15.591 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 05913. -----

----- **B) Pelo preço de 10.000€ (dez mil euros)**, uma terra de pinhal e mato, sita em "Vau", com a área de 5.735 m², inscrita na matriz predial sob o artigo nº 14.100 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 05909. -----

----- **C) Pelo preço de 30.000€ (trinta mil euros)**, uma terra com oliveiras, árvores de fruto, mato, cultura arvense, pastagem, videiras e uma instalação agrícola, sita à "Rebeça", com a área de 8.930 m², inscrita na matriz predial sob o artigo nº 14.102 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 05910. -----

----- **D) Pelo preço de 6.000€ (seis mil euros)**, uma terra de mato e sobreiros, sita à "Boavista", com a área de 10.850 m², inscrita na matriz predial sob o artigo nº 9.727 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 05905. -----

----- Mais se informa que existe verba para efetuar a referida aquisição, conforme informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, que se anexa à presente. ----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

3.1.1 - Conção e Produção de Página Web

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *"Atendendo ao disposto na Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2015, mais concretamente ao disposto no número 5, do artigo 75º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação dos contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei nº 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto. -----*

----- *O parecer prévio vinculativo é, mas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 12, do artigo 75º, da Lei do Orçamento de Estado 2015, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do nº 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

referida no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro. -----

----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima. -----

----- Considerando: -----

----- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o nº 5 do artº 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento do Estado 2015; -----

----- 2) Que o nº 12 do artº 75º, da retro citada disposição legal, esclarecer que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no nº 6, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----

----- 3) De acordo com o disposto no nº 6, do artigo 75º, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----

----- a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

----- b) Existência de cabimento orçamental; -----

----- c) Cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 75º. (se aplicável). -----

----- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços de conceção e produção de página web; -----

----- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----

----- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução do órgão contratante; -----

----- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----

----- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação nº 18-A/2008 de 28 de março e alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei nº 3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro e Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho; -----

----- 9) Que o valor base estimado é de 19.000,00 € (dezanove mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento orçamental; -----

----- 10) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----

----- a) SHORTCUT- Consultadoria e Serviços Tecnologias Informação, Lda, com sede na Av. Serpa Pinto, 508 - 4º piso, 4450-277 Matosinhos; -----

----- b) STRIX, LDA, com sede na Rua Roberto Ivens, 1314, 1º Sala 2, 4450-251 Matosinhos; --

----- c) WIRE MAZE - Sistemas de Informação, S.A. com sede em Edifício Capitólio - Torre Venetto, Av. De França, 256, 6º andar. Sala 6.8, 4050-476 Porto. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- 11) Que o valor base da prestação de serviços é de 19.000,00 € (dezanove mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor ; -----

----- 12) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

----- NESTES TERMOS PROPONHO: -----

----- a) Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de "Conceção e Produção de Página Web", nos termos da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro; --

----- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de "Conceção e Produção de Página Web", nos termos da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

3.2.1 Isenção da taxa de ligação de esgotos

- Maria da Assunção - Sobral Valado

----- Foi presente uma carta de Maria da Assunção, residente em Sobral Valado, com o registo de entrada nos Serviços da Câmara Municipal, nº 1816, de 20 de abril de 2015, a solicitar a isenção da taxa de ligação de esgoto, do artigo 13493, uma vez que a casa, sua propriedade, sita no lugar de Sobral Valado, foi parcialmente expropriada para utilidade pública. -----

----- Relativamente ao assunto em apreço, foi presente uma informação do Serviço de Fiscalização. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar a munícipe do pagamento da taxa de ligação de esgoto, para a casa que possui na localidade de Sobral Valado, à semelhança do que tem vindo a praticar para casos idênticos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E EMPRESÁRIO

4.1.1 - Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

- Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Apoio ao Múncipe e Empresário, do seguinte teor: -----

----- “Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 29 de abril de 2015, sob o registo nº 1968, um Requerimento / Candidatura, subscrito por Jorge Manuel Branco Moreira, na qualidade de Presidente da Direção da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, associação com sede na Av. José António Areosa, nº 1, 3320-312 Pessegueiro, NIPC 500864519, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujas normas foram aprovadas através de deliberação da Câmara Municipal, conforme consta da ata da reunião ordinária, realizada em 25 de junho de 2013. -----

----- Constatou-se que, de acordo com o cumprimento das Normas aprovadas para o referido incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, apresenta a Candidatura / Requerimento, conforme o disposto no artigo 7º das normas em vigor, anexando ao mesmo os documentos exigidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação. -----

----- Para usufruir deste incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho anexo, visa desenvolver atividades no âmbito de Serviços Gerais na área da restauração, em estabelecimentos, propriedade da Liga, sítios em Pessegueiro. -----

----- Mais se informa que, de acordo com o disposto no ponto “5.2.1 – Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente documento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços de Contabilidade da Autarquia a fim de aferir a existência de verba e respetiva cabimentação orçamental” das referidas normas, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na rubrica 0102 040701, com o número sequencial 16022, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2015-05-06. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o competente Protocolo de Colaboração. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5- DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - EDUCAÇÃO

5.1.1 - Programa de Férias - Refeições



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- *"Na sequência de uma resposta que tem vindo a ser prestada pelo Município de Pampilhosa da Serra às famílias, materializada nos Programas de Férias levados a cabo pela Ludoteca Pampilho, tem-se verificado que existem crianças e jovens com um agregado de família que se debate com algumas carências económicas. -----*

----- *É nesta medida que vimos, por este meio, propor a V. Ex^a que os participantes nas referidas atividades, que irão decorrer de 15 a 30 de junho e de 01 a 11 de setembro de 2015, possam usufruir de refeições durante os períodos referidos, e que o pagamento seja feito com base e de acordo com os escalões escolares. -----*

----- *À consideração superior". -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Clarificação/Retificação de critérios de atribuição de Bolsas Sociais EPIS

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação / Projeto EPIS, do seguinte teor: -----

----- *"No seguimento da aprovação, em reunião de Câmara de 30 de março último, dos critérios de seleção da Bolsa Social EPIS 2014, a atribuir a um aluno do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, no ano letivo 2015/2016, verificou-se a necessidade de se proceder à sua clarificação bem como à retificação dos critérios de atribuição. -----*

----- *Critérios de Seleção: -----*

----- *1 - Frequentar o 10º ano do Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, no ano letivo 2015/2016; -----*

----- *2 - Ter frequentado o 9º ano de escolaridade, no ano letivo 2014/2015, no Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra; -----*

----- *3 - Ter aprovação a todas as disciplinas do 9º ano, no final do ano letivo 2014/2015; -----*

----- *4 - Ter a média curricular mais alta no final do 9º ano, no ano letivo 2014/2015. -----*

----- *Critérios de desempate: -----*

----- *1 - Beneficiar de apoio económico, designadamente integrar o Escalão A; -----*

----- *2 - Beneficiar de apoio económico, designadamente integrar o Escalão B; -----*

----- *3 - Ter sido assíduo no 9º ano, no ano letivo 2014/2015. -----*

----- *Junto se anexa, para aprovação, o cartaz de divulgação da referida bolsa. -----*

----- *À consideração superior." -----*

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




